METRÓPOLES:
TERRITÓRIO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

BELÉM:

TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM URBANA

Ana Cláudia Duarte Cardoso
José Júlio Ferreira Lima
(editores)

série estudos comparativos

Observatório
das Metrópoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETRCAPITAL

Copyright © Ana Cláudia Duarte Cardoso, José Júlio Ferreira Lima *(Editores)* 2015

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

Editor João Baptista Pinto

Capa Flávia de Sousa Araújo

Projeto Gráfico e Editoração Luiz Guimarães

Revisão Dos autores

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B375

Belém [recurso eletrônico]: transformações na ordem urbana / organização Ana Cláudia Duarte Cardoso, José Júlio Ferreira Lima; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015.
recurso digital : il. ; 15,5x23 cm. (Estudos comparativos)

Formato: ePUB
Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7785-375-5 (recurso eletrônico)

1. Planejamento urbano - Belém, Região Metropolitana de (PA). 2. Belém, Região Metropolitana do (PA) - Condições sociais. 3. Belém, Região Metropolitana do (PA) - Condições econômicas. 4. Livros eletrônicos. I. Cardoso, Ana Cláudia Duarte. II. Lima, José Júlio Ferreira. III. Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. IV. Série.

15-22469 CDD: 307.76098115
CDU: 316.334.56(811.5)

06/05/2015 13/05/2015

Letra Capital Editora
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

O conteúdo deste livro
passou pela supervisão e avaliação de um
Comitê Gestor e Editorial
formado pelos seguintes pesquisadores:

Comitê Gestor
Ana Lúcia Rodrigues
Luciana Corrêa do Lago
Luciana Teixeira de Andrade
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Maria do Livramento M. Clementino
Olga Firkowski
Orlando Alves dos Santos Júnior
Rosetta Mammarella
Sergio de Azevedo
Suzana Pasternak

Comitê Editorial
Adauto Lúcio Cardoso
André Ricardo Salata
Érica Tavares
Juciano Martins Rodrigues
Marcelo Gomes Ribeiro
Mariane Campelo Koslinski
Marley Deschamps
Nelson Rojas de Carvalho
Ricardo Antunes Dantas de Oliveira
Rosa Maria Ribeiro da Silva
Rosa Moura

IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional

CNPq

FAPERJ

CAPES

Sumário

Parte I 15

Capítulo 1 Região Metropolitana de Belém: um balanço de quatro décadas
Ana Cláudia Duarte Cardoso, Danilo Araújo Fernandes, José Júlio Ferreira Lima 17

Capítulo 2 A inserção da RMB na Amazônia e na rede urbana brasileira
Ana Cláudia Duarte Cardoso, Danilo Araújo Fernandes, Ana Paula Vidal Bastos 33

Capítulo 3 Transição Demográfica na Região Metropolitana Ampliada de Belém
Roberto Luiz do Carmo, Ana Claudia Duarte Cardoso, Ricardo de Sampaio Dagnino, Ana Paula Vidal Vidal, Samira El Saifi, Marcio Batista Caparroz, Carla Craice da Silva 59

Capítulo 4 A metrópole Belém na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho
Danilo Araújo Fernandes, Cleidianne Novais Sousa, Danuzia Lima Rodrigues 89

Capítulo 5 Mobilidade Pendular na Região Metropolitana Ampliada de Belém
Roberto Luiz do Carmo, Ana Cláudia Duarte Cardoso, Ricardo de Sampaio Dagnino, Samira El Saifi, Ana Paula Vidal Bastos, Márcio Batista Caparroz, Carla Craice da Silva 121

Parte II 143

Capítulo 6 Estrutura Social e Organização Social da Região Metropolitana de Belém
José Júlio Ferreira Lima, Ricardo Bruno Santos, Lucinda Freitas de Assis Sena, Camilla Leandra da Costa Araújo 145

Capítulo 7 Organização Social da Região Metropolitana de Belém e Desigualdades Sociais: oportunidades no Mercado de Trabalho, Renda e Educação
Ricardo Bruno N. dos Santos 173

Capítulo 8 Formas de Provisão de Moradia na Região Metropolitana de Belém
Roberta Menezes Rodrigues, Juliano Pamplona Ximenes Ponte, Nayara Sales Barros 197

Capítulo 9 Organização Social do Território e Mobilidade Urbana
Juliano Pamplona Ximenes Ponte, Roberta Menezes Rodrigues 230

Capítulo 10 Governança metropolitana e políticas urbanas na Região Metropolitana de Belém: padrões, efeitos e desafios
Juliano Pamplona Ximenes Ponte, Roberta Menezes Rodrigues 268

Capítulo 5

Mobilidade Pendular na Região Metropolitana Ampliada de Belém

Roberto Luiz do Carmo
Ana Cláudia Duarte Cardoso
Ricardo de Sampaio Dagnino
Samira El Saifi
Ana Paula Vidal Bastos
Márcio Batista Caparroz
Carla Craice da Silva

Resumo: Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir a mobilidade pendular da população entre os municípios que compõem a Região Metropolitana Ampliada de Belém (RMAB), de maneira a evidenciar os resultados de um processo de expansão urbana com características específicas, principalmente, por conta da centralização de serviços e de atividades que demandam constante circulação da população. Para atingir o objetivo, primeiramente apresentam-se alguns elementos conceituais que são importantes para entender os diversos aspectos da dinâmica social envolvidos na pendularidade. Em seguida é exposta a abordagem espacial do texto, que considera a RMAB, e não apenas a RMB institucionalizada, e revelar processos sócio espaciais a partir dos padrões de mobilidade de cinco grupos de migrantes pendulares.

Palavras-chave: Movimento pendular. Centralização de serviços. Dinâmica social, Região Metropolitana de Belém Estendida.

Abstract: This chapter aims to present and discuss the commuting patterns of inhabitants among the municipalities that make up the Extended Metropolitan Region of Belém, in order to highlight the results of a process of urban expansion with specific characteristics, mainly due to the centralization of services and activities that require constant movement of the population. In order to achieve the objective, some conceptual elements are presented to understand the various aspects of social dynamics involved in regional commuting, these are followed by the presentation of the spatial approach applied, which considers the Extended Metropolitan Region of Belém, and not only the Belém Metropolitan Region (BMR) institutionalized, to unveil spatial social processes from the mobility patterns of five groups of commuting migrants.

Keywords: Commuting. Services Centralization. Social Dynamics. Extended Belém Metropolitan Region.

1.1 Introdução

Ares; Mikkelsen (2009/2010) sustentam que as pessoas se movem em escalas territoriais que vão desde uns poucos metros até grandes distâncias; bem como as escalas temporais podem variar de minutos a anos e estão incluídas aí, as pequenas e grandes viagens, os deslocamentos cotidianos, as migrações para diferentes unidades administrativas, dentre outros deslocamentos possíveis.

Nos Censos Demográficos brasileiros de 1980 e 2000, os deslocamentos pendulares não estavam qualificados em termos de sua duração ou distância e essas informações foram especificadas somente a partir do Censo de 2010, com a reestruturação das perguntas realizadas, o que permitiu uma melhor avaliação da mobilidade apenas mais recentemente.

Os deslocamentos recorrentes e cotidianos são destinados às atividades de trabalho e estudo. Uma série de fatores, dentre os quais os custos elevados dos terrenos urbanos no município-sede da região metropolitana, contribui para que a população passe a residir nos municípios do entorno metropolitano, no entanto, na medida em que os empregos e serviços básicos (como educação de melhor qualidade ou de níveis mais elevados e serviços de saúde mais complexos) permanecem nos municípios-sede, tornam-se necessários os deslocamentos diários.

Estes deslocamentos permitem identificar um "espaço de vida" que caracteriza o habitante das metrópoles, podendo-se afirmar que são, ao mesmo tempo, reflexo da realidade metropolitana e seu constituinte básico. No debate proposto por Domenach; Picouet (1990), espaço de vida está associado à "porción del espacio donde el individuo ejerce sus actividades" (DOMENACH; PICOUET, 1990, p.54), atividades essas que são organizadas e têm como ponto inicial uma residência-base.

Sendo assim, para os autores, a migração ocorre quando existe transformação permanente no espaço de vida, não sendo relevante o fato de as pessoas terem ou não cruzado um limite territorial político-administrativo; neste caso, os deslocamentos efetuados pelas pessoas dentro e fora de seus espaços de vida estão incluídas em um conceito mais abrangente que Domenach; Picouet (1990) denominam "mobilidade geográfica" ou "mobilidade territorial" da população.

De maneira mais específica, para as finalidades do presente texto, os deslocamentos pendulares podem ser definidos como:

> uma estratégia gerada dentro do espaço social metropolitano de modo a possibilitar o acesso de uma parcela da população a um conjunto de bens, ou pelo menos a ampliar a probabilidade de acesso a esses bens que é incompleta ou está indisponível para essa população em seu município de residência. (CUNHA; PESSINI, 2008, p.123).

Tais deslocamentos são fenômenos recorrentes nas regiões metropolitanas e representam forte indicativo de interdependência entre os municípios e de integração do espaço metropolitano; entretanto, conforme afirmam Cunha; Pessini (2008), é necessário atentar para o fato de que os fatores que explicam a pendularidade e as possibilidades de escolha sobre se deslocar ou não, variam conforme os grupos sociais envolvidos e os recursos de infraestrutura disponíveis. Esses autores ressaltam que "o deslocamento pendular constitui não apenas um reflexo da diversidade sociodemográfica e espacial do território metropolitano, mas um importante fator na produção em si desse espaço" (CUNHA; PESSINI, 2008, p.123).

Neste sentido, Ares; Mikkelsen (2009, p. 109) destacam que quando as pessoas se deslocam, elas geram novas relações sociais ou transformam as preexistentes, afetando as estruturas econômicas e demográficas tanto nos locais de origem como nos locais de destino. Desse modo, cada tipo de mobilidade interfere na construção ou reconstrução do território, bem como na estrutura social dos locais de origem e destino. Sendo assim, a mobilidade pendular também desempenha um papel significativo enquanto veículo de interações sociais e, consequentemente, de transformação social.

Para Castells (1983), o fluxo de mercadorias, informações e, principalmente, de pessoas são fatores que estruturam uma região metropolitana, pois ela é formada por um agrupamento urbano, cuja distribuição das atividades está mais condicionada pela facilidade de comunicação interna, cujo papel é preponderante na determinação do sistema de relações funcionais e sociais, do que por fatores geográficos.

Segundo o mesmo autor, a cidade representa o espaço de vida e de consumo coletivo, só possível de ser realizado por meio das políticas públicas do Estado. A ideia é que o consumo coletivo, diferentemente do consumo individual, não tem como ser suprido exclusivamente pelo mercado, exigindo uma intervenção estrutural do Estado

que se encarrega da produção dos meios essenciais de reprodução da força de trabalho, tais como saúde, educação, habitação e demais equipamentos coletivos, seja pelo planejamento e pela operacionalização da política pública ou pela sua regulação.

De todo modo, é importante observar que, para a mobilidade ocorrer, são determinantes tanto os fatores objetivos, que dizem respeito às oportunidades disponíveis nos diferentes municípios do espaço metropolitano, quanto os subjetivos. Estes se referem, sobretudo, às estratégias adotadas pelos sujeitos para adaptar local de moradia e de trabalho, de forma a permitir que eles combinem suas necessidades e prioridades para manutenção de um estilo de vida específico: é o caso daqueles que escolhem residir em lugares mais tranquilos e exclusivos por isto representar um valor importante no ganho de qualidade de vida, compensando as desvantagens em se deslocar para trabalhar ou estudar.

Os valores subjetivos são decisivos para avaliar as vantagens de escolha dessa parcela da população, que em geral possui condições econômicas que permitem concretizar essas escolhas, criando um fenômeno relativamente recente nas metrópoles brasileiras: os condomínios fechados, não raro cercados por matas e até mesmo nascentes de rios.

Já para a parcela da população preponderantemente de menor renda que precisa superar as limitações socioeconômicas de seu local de residência – e enfrentar as longas distâncias entre o trabalho e a moradia ou entre essa e o local de estudo – são as condições objetivas que motivam a pendularidade. Ainda assim, Cunha; Pessini (2008, p. 100) advertem que:

> (...) tendo em vista a forte heterogeneidade socioespacial existente nas metrópoles nem sempre tais deslocamentos refletem opções racionalizadas por partes das pessoas ou famílias, sendo que, via de regra, representam "um custo a pagar" pelo acesso mais barato à moradia. Este ir e vir diário apresenta custos financeiros nem sempre assimiláveis, perda de tempo de descanso e possivelmente riscos potenciais para boa parcela da população (CUNHA; PESSINI, 2008, p. 100).

Com relação à questão da renda, os autores observaram que a População Economicamente Ativa (PEA) que realizava deslocamento

pendular na Região Metropolitana de Campinas, em 2000, possuía um padrão de renda ligeiramente mais elevado que o da PEA não pendular, o que ocorria mesmo nos municípios com padrão de renda mais baixo. Outro achado importante desse estudo é o fato da PEA pendular daquela região metropolitana possuir uma estrutura etária mais jovem que a da PEA não pendular, denotando, segundo os autores, "uma associação entre o ciclo de vida da população e a propensão a uma maior mobilidade em função das oportunidades de trabalho" (CUNHA; PESSINI, 2008, p.122).

Esses elementos gerais servem como referência para entender a situação específica da RMAB, onde a mobilidade pendular exerce um papel importante, por conta da própria forma adquirida pelo processo de urbanização no contexto regional.

1.2 A Região Metropolitana Ampliada de Belém

O processo de crescimento populacional do município de Belém, e também a redistribuição desse crescimento entre os municípios do entorno de Belém, foi intenso nas décadas recentes, conforme evidenciam os dados dos apêndices A e B, o que implicou em uma reconfiguração da distribuição populacional nesse conjunto de municípios.

A composição legal da RMB é formada pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara, Santa Isabel e Castanhal, entretanto, neste texto foram considerados outros municípios, e outros agrupamentos de municípios, para melhor apreender as características regionais. O reconhecimento de que há a convivência de lógicas diferentes no território em questão associadas a estratégias de ocupação do território e a dinâmicas econômicas diversas, motivou a inclusão de outros municípios além daqueles que compõem a RMB formal nas análises dos dados demográficos, o que permitiu verificar a intensidade de fenômenos associados à mobilidade espacial da população e a efetiva correspondência entre as dimensões funcional e formal da RMB.

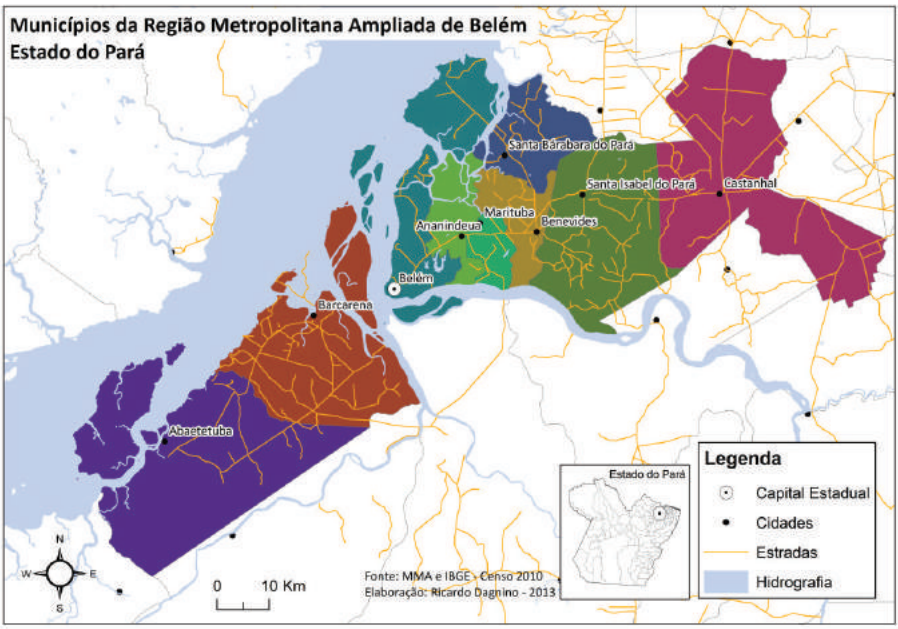
Sob esta ótica, foram incluídos no escopo da análise os municípios de Barcarena e Abaetetuba, conectados historicamente à capital por via fluvial e, a partir da implantação de projetos de exploração mineral e da implantação do porto de Barcarena, também por via rodoviária. Em Barcarena, existe uma dinâmica econômica importante

para Belém, com destaque para o complexo de alumínio Albras-Alunorte, inaugurado em 1985, além de outras indústrias ligadas ao setor minero-metalúrgico, importantes como geradoras de mobilidade de recursos financeiros e de pessoas.

Abaetetuba, por sua vez, destaca-se pela sua feira regional e pela conexão histórica com Belém, associada ao modo de vida ribeirinho; e pela conexão com Barcarena, uma vez que absorveu impactos das atividades industriais implantadas no município vizinho. O eixo Abaetetuba-Barcarena é remanescente da fase dendrítica (ver capítulo 2) da rede urbana paraense e funciona como contraponto para a nova dinâmica territorial organizada a partir da estrada que hoje prevalece na RMB.

Barcarena e Abaetetuba em conjunto com os municípios constituintes da RMB, resultam em uma dinâmica socioespacial e demográfica que denominamos de RMAB e que pode ser conferida na figura abaixo.

Figura 5.1 – Região Metropolitana Ampliada de Belém



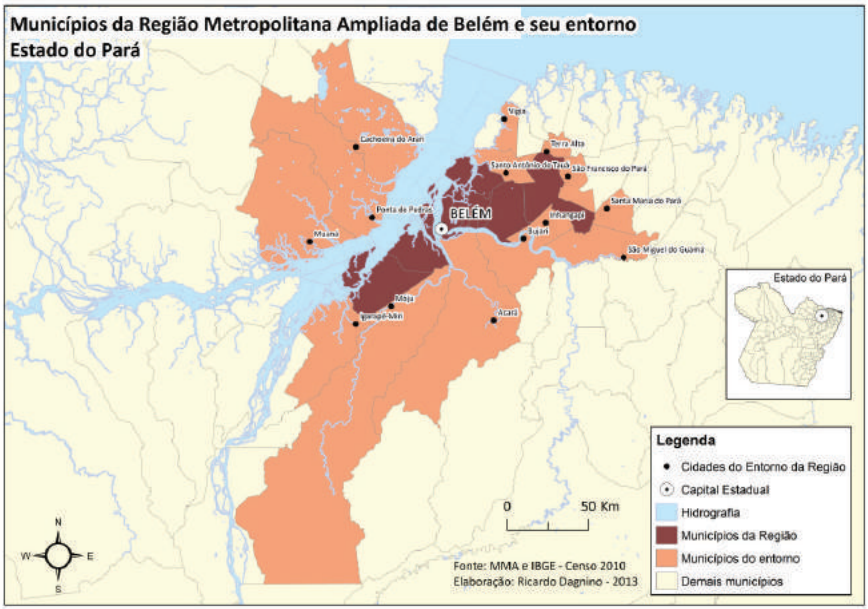
Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Ricardo Dagnino

Notemos que a inclusão de Castanhal, em 2011, é posterior à realização do Censo de 2010, e que esse fato evidenciou a prevalência da conexão rodoviária entre os municípios da RMB, avançando para o continente. Castanhal, Barcarena e Abaetetuba apresentaram pleito de inclusão à RMB desde os anos 1990, mas até o presente apenas o município de Castanhal foi atendido, o que indica a perspectiva política na definição das regiões metropolitanas. Contudo, por possuir conectividade rodoviária e fluvial com Belém, trabalhamos com a hipótese de que haja um significativo movimento pendular entre Abaetetuba e Barcarena e a RMB, de toda forma, podemos adiantar que Barcarena e Abaetetuba apresentam conectividade com Belém mais fraca do que a apresentada por Castanhal, o que pode justificar a não inclusão daqueles municípios na RMB, como demonstrarão os dados sobre mobilidade pendular apresentados nesse texto.

Para efeito de refinamento da compreensão dos movimentos populacionais, as análises realizadas demonstraram ser útil criar um outro conjunto de municípios denominado Entorno da Região Metropolitana de Belém (ver figura 5.2) e que alcança municípios das mesorregiões Nordeste Paraense e Marajó, a saber: Acará, Bujaru, Cachoeira do Piriá, Igarapé-Miri, Inhangapi, Moju, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Francisco do Pará, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia.

Vale ressaltar que esses municípios do entorno da RMB não foram diretamente afetados pelos projetos federais dos anos 1960/1970 e que, apesar de serem considerados economicamente estagnados, recebem pressão da produção em larga escala há mais de três décadas, intensificada na última década com a designação desse território como ideal para dendeicultura pelo Macrozoneamento Econômico Ecológico do Pará e o Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro para as Áreas Desmatadas da Amazônia Legal (PARÁ, 2010). Esses municípios, por estarem bem próximos da RMB, não desenvolveram centralidades urbanas próprias, e sua população não demonstra ter condições de se beneficiar das novas atividades produtivas rurais.

Figura 5.2 – Entorno da Região Metropolitana Ampliada de Belém



Fonte: MMA e IBGE, 2010. Elaboração Ricardo Dagnino, 2013

5.2 Mobilidade Pendular

As dimensões da mobilidade aqui analisadas são aquelas captadas pelo questionário da amostra do Censo Demográfico 2010, por meio de dois quesitos: (a) Em que município e unidade da federação ou país estrangeiro frequenta escola ou creche? (b) Em que município e unidade da federação ou país estrangeiro trabalha? Para fins de análise deste trabalho, optamos pelo recorte dos deslocamentos pendulares como sendo aqueles movimentos intermunicipais realizados, diária ou frequentemente, por um indivíduo em razão de trabalho ou estudo.

No Censo Demográfico 2010, a mobilidade com finalidade de trabalho foi levantada para a população de dez ou mais anos de idade (PIA) que declarou possuir ocupação – população ocupada (POC); para os que trabalhavam em outro município que não o de residência, exceto para quem trabalhava em mais de um município ou país estrangeiro; e se retornavam diariamente do trabalho principal para o domicílio de residência. A mobilidade para estudo foi pesquisada para os que frequentavam escola ou creche, considerando todas as idades e todos os níveis de curso frequentado (IBGE, 2011a).

A tabela 5.1 permite identificar a importância dos deslocamentos pendulares dentro da RMAB para a finalidade deste trabalho, que totaliza o deslocamento de mais de 112 mil pessoas. Desse total, mais da metade, cerca de 65,6 mil pessoas, se desloca do município de Ananindeua para trabalhar em Belém, enquanto 7,5 mil se deslocam de Belém para trabalhar em Ananindeua e essa informação nos remete à hipótese de que existe um importante eixo de expansão da população residente em Belém, que cresceu e passou a residir em áreas mais afastadas do centro metropolitano.

No período 1991-2000, o município de Ananindeua teve um dos maiores crescimentos populacionais do país (cerca de 18% ao ano), o que se reflete no seu expressivo volume populacional atual, de mais de 472 mil habitantes. Este eixo continua se expandindo, tendo em vista o crescimento populacional de Marituba, que chegou a 108 mil habitantes em 2010, dos quais 10,8 mil se deslocam para trabalhar em Belém e outros 3,3 mil para trabalhar em Ananindeua, ou seja, um eixo que se expande, mas que continua sendo polarizado por Belém em termos de disponibilidade de empregos.

A quantidade de pessoas que saem de Ananindeua para estudar e para trabalhar em Belém soma quase 90 mil registros e, se cada registro for equivalente a uma pessoa, então isso quer dizer que mais de 20% da população residente em Ananindeua se desloca para trabalhar ou estudar em Belém; vale lembrar que uma mesma pessoa pode aparecer em dois registros, caso estude e trabalhe em outro município, mas de qualquer modo, os dados demonstram conexão estreita entre os municípios.

Os dados também evidenciam a situação de Barcarena, que em termos de deslocamento para trabalho possui forte conexão externa à Região Metropolitana Ampliada de Belém: aproximadamente 45% dos declarantes afirmaram trabalhar em outra Unidade da Federação. Sobre este montante, existe a hipótese de que, pelo menos, parte deles sejam trabalhadores contratados por empresas cujas sedes ou centros de comando se localizam em outra UF.

É possível que os vínculos formais de trabalho desses declarantes sejam com as sedes das empresas que mantém operação em Barcarena e o fato de existirem multinacionais que atuam no setor da mineração (produção de alumina e de caulim) e logística (mineroduto e porto) em Barcarena contribui para esta hipótese.

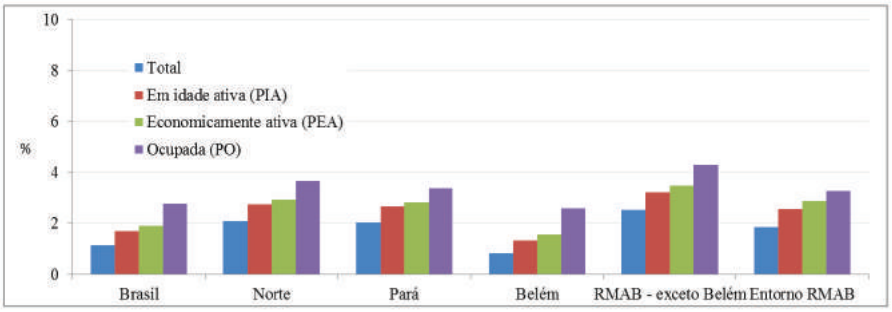
De qualquer forma, a hipótese de que haja um significativo movi-

mento pendular de Barcarena, assim como de Abaetetuba, com a metrópole não se sustenta com os dados sobre mobilidade para o trabalho. Os dados mostram que 93,4% da População Ocupada que reside em Barcarena trabalha no mesmo município (não realizam pendularidade), o que representa quase 5,6 mil pessoas. Apenas 6,6% da População Ocupada trabalham fora do município. Destes, apenas 24,8% trabalham em Belém. Em Abaetetuba, o peso relativo da População Ocupada que reside no município e trabalha em Belém é ainda menor, apenas 13,4% ou 758 pessoas, estes percentuais indicam que esses dois municípios possuem as mais fracas relações de mobilidade para o trabalho com Belém, dentre todos os municípios da RMAB.

Por outro lado, com relação aos dados sobre o estudo (Tabela 5.1), em Abaetetuba daqueles que pendulam para estudar, 56,7% estudam na RMAB. Destes, 37% vão para Belém e 33,61 no entorno. Em Barcarena, 77,5% estuda na RMAB, sendo 63% em Belém, e apenas 2,63% no entorno.

A tabela 5.2 revela que a População em Idade Ativa (maiores de 10 anos) vem sendo efetivamente absorvida pelo mercado de trabalho, na forma de População Ocupada e que as taxas de crescimento relativas a essas variáveis são mais expressivas na RMAB, conforme o gráfico 5.1.

Gráfico 5.1 – Taxas de crescimento geométrico anual entre 2000 e 2010, em percentual, da população total e diversos grupos populacionais (PIA, PEA, PO)



Fonte: Censos Demográficos IBGE 2000 e 2010. Elaboração: NEPO/IFCH/UNICAM

Tabela 5.1 – Pessoas que trabalham fora do município de residência segundo local onde trabalha e local de domicílio

Local de domicílio	Local onde Trabalha													
	Abaetetuba	Ananindeua	Barcarena	Belém	Benevides	Castanhal	Marituba	Santa Bárbara do Pará	Santa Isabel do Pará	**RMAB**	**Entorno RMAB**	**Pará (demais municípios)**	**Total UF´s**	**Total**
Abaetetuba	-	6	2.205	758	-	25	10	7	-	3.011	689	1.017	946	5.662
Ananindeua	60	-	545	65.621	737	610	2.300	118	336	70.327	384	2.070	889	73.671
Barcarena	120	-	-	606	-	31	-	-	-	756	107	460	1.114	2.437
Belém	388	7.578	1.084	-	679	946	1.256	77	688	**12.695**	1.837	5.869	2.424	22.825
Benevides	-	896	56	3.827	-	54	476	21	221	5.551	66	223	42	5.883
Castanhal	19	93	102	1.319	42	-	54	-	170	1.798	486	1.368	268	3.920
Marituba	-	3.305	64	10.879	276	72	-	2	95	14.693	41	354	75	15.163
Santa Bárbara do Pará	-	158	9	761	126	13	61	-	11	1.138	49	87	5	1.279
Santa Isabel do Pará	-	258	10	1.193	333	269	364	-	-	2.428	260	303	48	3.039
RMAB	586	12.294	4.076	**84.964**	2.193	2.019	4.521	224	1.520	**112.397**	**3.920**	11.750	5.812	133.879
Entorno RMAB	126	165	117	2.298	57	1.133	86	29	290	**4.301**	726	1.905	348	7.279
Pará (demais municípios)	55	152	210	4.424	86	865	102	0	110	6.004	1.379	37.004	7.517	51.904
Total UF´s	22	90	60	4.451	29	186	43	5	23	4.908	106	21.818	9.680.556	9.707.387
Total	789	12.701	4.464	96.137	2.364	4.204	4.752	258	1.942	127.611	6.130	72.476	9.694.233	9.900.450

Fonte: Censos demográficos IBGE 2000 e 2010 (Tabelas SIDRA).

Nota: Inclui as pessoas que circularam dentro das áreas selecionadas, exceto dentro do município.

Tabela 5.2 – Pessoas que estudam fora do município de residência segundo local onde estuda e local de domicílio

Local de domicílio	Local onde Estuda													
	Abaetetuba	Ananindeua	Barcarena	Belém	Benevides	Castanhal	Marituba	Santa Bárbara do Pará	Santa Isabel do Pará	**RMAB**	**Entorno RMAB**	**Pará (demais municípios)**	**Total UF´s**	**Total**
Abaetetuba	-	-	250	486	-	11	-	-	-	747	443	94	34	1.318
Ananindeua	67	-	31	22.745	41	70	431	-	50	23.436	185	745	525	24.890
Barcarena	215	-	-	1.125	-	27	-	-	17	1.384	47	203	151	1.785
Belém	285	3.122	61	-	46	266	170	105	84	**4.141**	703	2.214	2.728	9.786
Benevides	-	231	-	1.156	-	32	278	37	50	1.785	8	75	15	1.883
Castanhal	-	61	13	1.130	-	-	-	-	16	1.221	249	482	144	2.095
Marituba	-	912	-	2.235	87	50	-	-	11	3.296	42	124	61	3.523
Santa Bárbara do Pará	-	33	-	166	43	15	74	-	-	330	0	11	0	342
Santa Isabel do Pará	-	52	-	470	156	253	15	-	-	946	96	94	0	1.136
RMAB	567	4.412	356	**29.513**	374	724	969	143	230	**37.286**	**1.773**	4.043	3.657	46.758
Entorno RMAB	533	84	214	1.635	0	1.147	31	0	274	**3.918**	1.051	2.235	146	7.349
Pará (demais municípios)	94	208	58	5.370	65	1.234	84	5	57	7.175	1.939	30.097	13.602	52.812
Total UF´s	85	145	43	3.607	76	189	74	21	0	4.240	132	8.372	4.058.828	4.071.572
Total	1.280	4.848	671	40.125	515	3.293	1.157	169	561	52.619	4.895	44.747	4.076.232	4.178.492

Fonte: Censos demográficos IBGE 2000 e 2010 (Tabelas SIDRA).

Nota: Inclui as pessoas que circularam dentro das áreas selecionadas, exceto dentro do município.

Tabela 5.3 – População, segundo ocupação

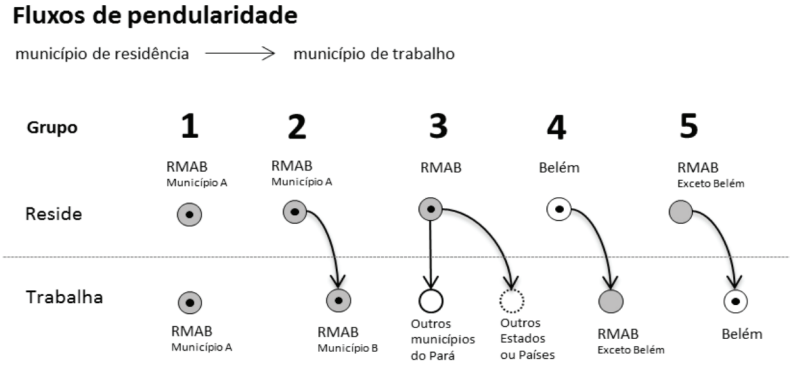
Localidades	População (em milhares)								Taxas de crescimento geométrico anual (%)			
	Total		Em idade ativa (PIA)		Economicamente ativa (PEA)		Ocupada (PO)					
	A		*B*				*C*	*D*				
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Total	PIA	PEA	PO
Brasil	169873	190756	136910	161981	77467	93505	65630	86354	1,17	1,70	1,90	2,78
Norte	12911	15864	9658	12670	5129	6861	4371	6262	2,08	2,75	2,95	3,66
Pará	6196	7581	4650	6062	2412	3194	2081	2902	2,04	2,69	2,85	3,38
Belém	1281	1393	1040	1188	569	664	461	595	0,85	1,34	1,56	2,60
RMAB – exceto Belém	875	1123	671	922	357	502	293	446	2,52	3,24	3,47	4,28
Entorno RMAB	394	473	286	369	141	187	126	173	1,85	2,58	2,89	3,28

Fonte: Censos demográficos IBGE 2000 e 2010 (Tabelas SIDRA).
Nota: Dados das colunas foram extraídos das tabelas do SIDRA/IBGE, sendo: coluna A (Tabela 2093); B (2098); C (2099); D (3581).

5.3 Caracterização dos cinco grandes grupos de migrantes pendulares

O universo da população ocupada que realiza ou não mobilidade pendular em função do trabalho foi investigada mais detalhadamente, levando em conta a origem e o destino dos deslocamentos, com a finalidade de caracterizar a população que realiza cada um dos movimentos. O detalhamento evidenciou a existência de cinco grupos de população: (1) Reside na RMAB e não pendula; (2) Reside na RMAB e trabalha em outro município da RMAB; (3) Reside na RMAB e trabalha fora da RMAB; (4) Reside em Belém e trabalha na RMAB (exceto Belém); (5) Reside na RMAB (exceto Belém) e trabalha em Belém.

Figura 5.3 – Diagrama representando fluxos de pendularidade de interesse para a RMAB



Elaboração: NEPO/IFCH/UNICAMP.

Quando são verificadas as características dos grandes grupos, logo, percebe-se que quem não pendula (grupo 1) possui os piores salários (2,4 vezes menor do que o recebido pelo grupo 3), além de ser o grupo que possui o pior grau de instrução em relação a todos os demais, com mais de 52% da população que nem chegaram a completar o ensino médio. Neste caso, há coincidência entre os que ganham menos e os que estudaram menos, representando a situação de quase 900 mil pessoas, de longe o maior grupo populacional dentre os cinco. O grau de informalidade[1] desse grupo 1 também é bastante alto, chegando a nada menos do que 55% desta população (Ver tabela 5.4).

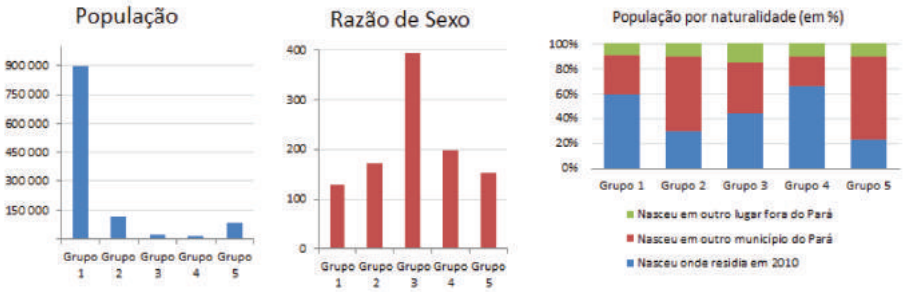
Tabela 5.4 – Grupos de pendularidade em relação à situação no trabalho e grau de informalidade

Grupos de pendularidade	Empregados sem carteira	Trabalhadores por conta própria	Trabalhadores protegidos	Empregadores	Não remunerados	Grau de Informalidade
	(C)	(D)	(A + B)	(E)	(F)	(C + D + F) / (A + B + C + D + F + E)
Grupo 1	206903	261682	387869	11525	16769	54,9
Grupo 2	23407	11633	75833	1126	163	31,4
Grupo 3	3887	4152	12490	489	293	39,1
Grupo 4	2435	1333	8424	453	22	29,9
Grupo 5	18473	9155	56598	510	85	32,7

Fonte: Censo IBGE 2010 (v.3 – Microdados da Amostra). Elaboração: NEPO/IFCH/UNICAMP.
Nota: Grau de Informalidade (Definição 1, do IPEA): (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não remunerados + empregadores).

[1] Grau de Informalidade (Definição 1, do IPEA): (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não remunerados + empregadores).

Gráfico 5.2 – População, razão de sexo e naturalidade por modalidade de mobilidade no trabalho, em 2010



Fonte: Censo IBGE 2010. Elaboração: NEPO/IFCH/UNICAMP.

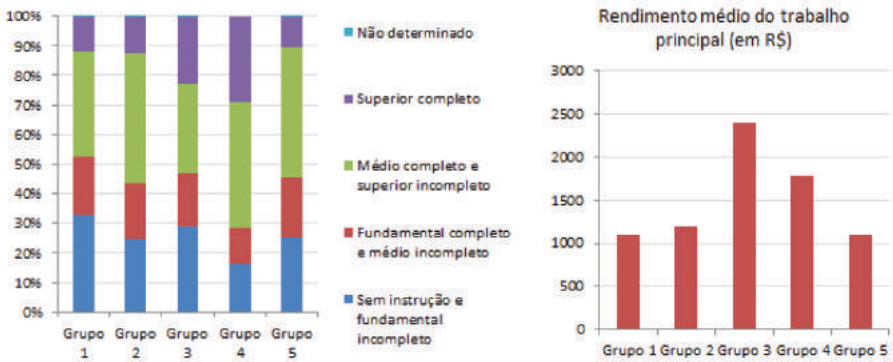
Todos os demais grupos possuem menos de 40% de informalidade; contudo, a questão da informalidade talvez não possa ser diretamente associada ao rendimento, na medida em que o segundo grupo com maior grau de informalidade (grupo 3) é também aquele que apresenta, no seu conjunto, o maior rendimento médio. A esse respeito merece atenção a condição de fronteira da região, com grande circulação de dinheiro de forma irregular ou ilegal associada a atividades, como extração de madeira, de gemas, minérios etc.

A esse respeito é importante destacar que o setor de Serviços é muito forte na região, mas muitas atividades de prestação de serviço são informais, seja por vínculo com atividades tradicionais (tais como extrativismo e pesca), seja por opção de trabalho autônomo não regularizado como tal, qualificado ou não.

Dos grupos que pendulam para trabalhar, os maiores são daqueles que residem na RMAB e trabalham em outro município da RMAB, distinto do da sua residência (grupo 2); porém, este grupo contém os grupos 4 e 5, sendo totalmente influenciado por este último que possui cerca de 85 mil pessoas. Os grupos 4 e 5 são refinamentos do grupo 2. O grupo 3, apesar de não ser numericamente muito grande (cerca de 24,5 mil pessoas), é significativo por ser o que registra os maiores rendimentos médios de todos os trabalhadores que residem na RMAB e este grupo de trabalhadores que se desloca para fora da RMAB ganha 2,4 vezes mais do que os trabalhadores do grupo 1 que, por sua vez, não se deslocam de município e possuem o menor rendimento dentre os grupos. Conforme o gráfico 5.3, a disposição de realizar mobilidade pendular para trabalhar parece contribuir mais

para melhores rendimentos do que possuir maior grau de instrução, na medida em que o grupo que possui o melhor grau de instrução: o grupo 4 (em que 72% terminaram pelo menos o ensino médio) ganha, em média, apenas 1,7 vezes mais do que os que ganham menos e têm o pior grau de instrução.

Gráfico 5.3 – Grau de Instrução e rendimento médio por modalidade de mobilidade no trabalho, em 2010



Fonte: Censo IBGE 2010. Elaboração: NEPO/IFCH/UNICAMP.

A mobilidade de pessoas mais qualificadas e de maior renda observada nos grupos 2, 4 e 5 é evidência do quanto a opção por moradia e condomínios de casas foi intensificada no decorrer das últimas décadas. A pendularidade ilustra, ainda, o quanto as oportunidades de trabalho mais qualificado estão concentradas nos municípios de Belém e Ananindeua. Com base na tabela a seguir, percebemos que o grupo 1, formado por aqueles moradores que não pendulam, constitui o maior percentual de população ocupada residente na RMAB (cerca de 86,10%).

Os dois grupos com menor população feminina são também os grupos que recebem a melhor remuneração, pois suas razões de sexo são, respectivamente, 393,8 e 197,6. No grupo 3 há possibilidade de destaque para os profissionais vinculados ao conjunto de empresas de base industrial em operação em Barcarena, vinculadas a grupos multinacionais dedicados à exploração mineral (Vale, Imerys, Hydro etc.), e que mantém profissionais melhor qualificados na região, ainda que possam estar vinculados às sedes localizadas em outras regiões do país.

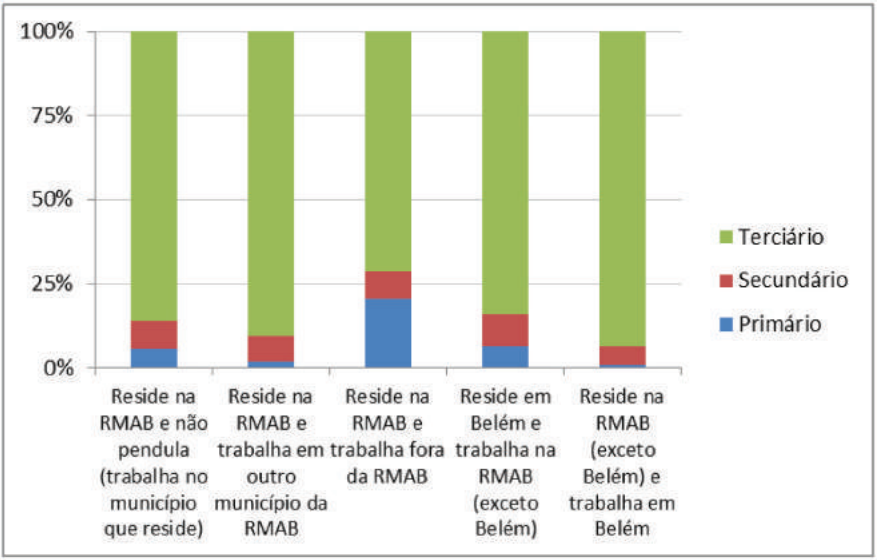
Tabela 5.5 – População ocupada por modalidade de mobilidade no trabalho

Tipo de Modalidade	População Ocupada residente na RMAB	
	Pessoas	%
Não pendula (Grupo 1)	896 395	86,10
Pendula Intra RMAB (Grupo 2)	112 397	10,80
Pendula Fora RMAB (Fração do Grupo 3)	21 496	2,06
Pendula país estrangeiro (Fração do Grupo 3)	347	0,03
Sem informação do destino(1)	10 497	1,01
Total População Ocupada	1 041 132	100

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010.
Nota: Dados processados pelos autores com base na versão 3 elaborada pelo NEPO/IFCH/UNICAMP.
(1) A informação inclui na variável município, a categoria "ignorado", os casos não declarados e quando há mais de uma localidade de trabalho, não havendo especificação sobre ela.
(2) Os grupos 4 e 5 estão contidos no grupo 2. Portanto, a somatória dos grupos não representa o total da PO.

Grande parte da população está alocada no setor terciário em todos os grupos de mobilidade, destaque para o grupo 5 com 93,5%, maior concentração entre os grupos nesse setor (Ver gráfico 5.4).

Gráfico 5.4 – Representação dos setores de atividade econômica por modalidade de mobilidade no trabalho, em 2010



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010. Elaboração: NEPO/IFCH/UNICAMP.

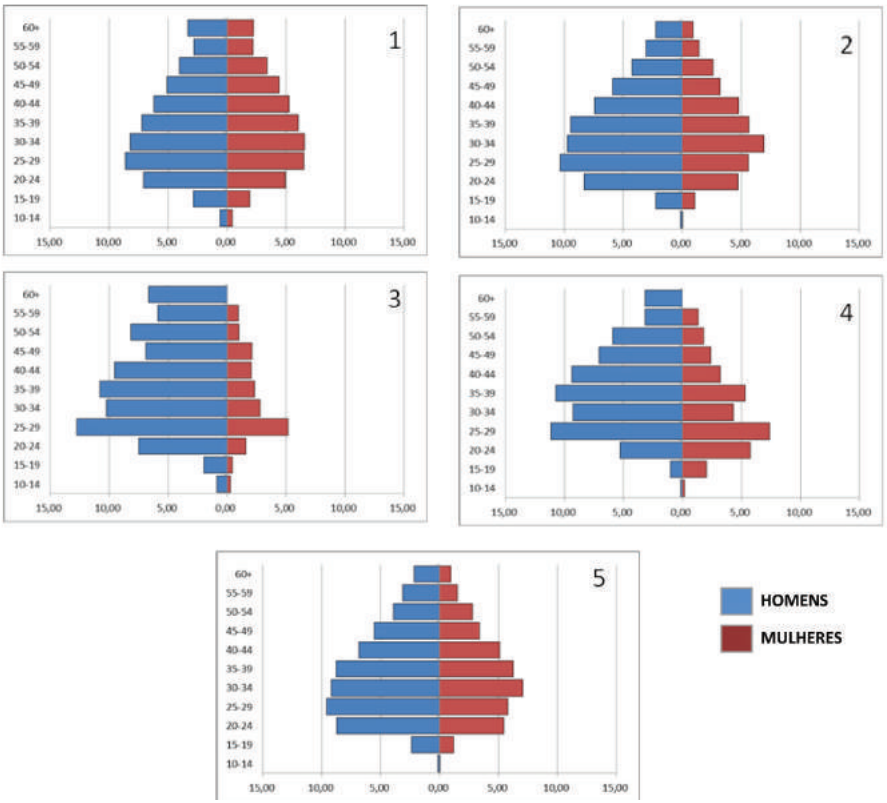
Referente ao setor primário, destaque apenas para o grupo 3, com 20,6% da população em tal setor econômico, sendo que a população no setor não passa de 7% no restante dos grupos. Entre os grupos de mobilidade, o grupo 4 apresenta maior porcentagem no setor secundário da economia, com 9,8% da população praticando tais atividades; já os outros grupos apresentam valores próximos.

É de supor, portanto, que quem pendula vai em busca não apenas de um trabalho qualquer, mas de trabalhos que remuneram melhor. Observamos que os homens (na sua maioria) são os que mais se dispõem ou conseguem realizar essas viagens ou realizar os tipos de trabalhos disponíveis.

No gráfico a seguir, com a estrutura por sexo e idade dos 5 grupos, percebe-se que existe um peso relativo maior dos homens em todos os grupos, ou seja, a participação dos homens no mercado de trabalho é maior do que a das mulheres. Essa diferença de inserção é menor entre os trabalhadores que não pendulam (Grupo 1) e maior no Grupo 3, que corresponde aos deslocamentos de maior distância, isso significa que as mulheres estão inseridas em postos de trabalho que, pelo menos em teoria, estão mais próximos de sua residência, mesmo considerando que as mulheres da faixa etária de 25 a 29 anos possuem uma participação expressiva nesse grupo.

As mulheres têm participação destacada também no grupo 5, que reúne as pessoas dos demais municípios da RMAB que trabalham em Belém. Em termos da composição por idade destaca-se que o grupo de 25 a 29 anos é o que possui maior participação em todos os grupos, destacando-se também no grupo 3, o que pode estar associado a um momento do ciclo vital onde as obrigações familiares demandam menor atenção.

Gráfico 5.5 – Pirâmides etárias dos cinco grupos/tipos de mobilidade, em 2010



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010. Elaboração: NEPO/IFCH/UNICAMP.

5.4 Análise por atividade

A investigação sobre a atividade de maior destaque demonstra que "Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas" é a ocupação mais frequente para todos os grupos, com exceção do grupo 3. Outra atividade importante é a "Construção" empregando quantidade considerável de população nos grupos 2 (10,4%), 3 (12,9%) e 5 (10,5%). A "Administração pública, defesa e seguridade social" é mais frequente nos grupos 2 (11,4%), 3 (14,4%), 4 (15,9%) e 5 (10,9%). Os "Serviços Domésticos" empregam população expressiva do grupo 1 (8,4%), grupo 2 (9,0%) e grupo 5 (11,2%). Valores que contrastam com os do grupo 3 (1,0%) e grupo 4 (2,0%). Ocorrências isoladas

acontecem no grupo 3, que conta com 15,9% da população ocupada na "Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura", o que pode ter relação com o comando dessas atividades na cidade, ou com a operação dessas atividades no interior do estado. E também no grupo 4 onde 11,0% da população seria ocupada na atividade "Educação".

5.5. Considerações finais

As análises exploratórias realizadas neste capítulo aproveitaram diversos recortes territoriais para compreender o fenômeno da pendularidade motivada por trabalho ou estudo e, por meio dela, detectar manifestações associadas ao modo de vida tradicional na região, ligado ao rio e à economia mercantil, ou a novas formas de produção e urbanização deslanchadas com a introdução do grande capital, que foram traduzidas no avanço da ocupação para o continente e expansão metropolitana, na periferização por ocupação informal de áreas alagáveis e interstícios entre empreendimentos formais públicos ou privados, e na produção de enclaves de produção industrial, como ocorre em Barcarena.

Os dados revelam que a conexão via movimento pendular que depende prioritariamente do transporte fluvial (entre Belém e Barcarena ou Abaetetuba) é a mais fraca da RMAB, e mais associada ao estudo do que ao trabalho, explicando o fato desses dois municípios ainda não terem conseguido inserção na RMB, apesar do antigo pleito e de já serem consideradas como parte do Aglomerado Populacional de Belém pelo IBGE. O eixo de deslocamento mais intenso articula Belém e Ananindeua com tendência de consolidação até Marituba, acompanhando o intenso ritmo de crescimento populacional manifesto nestes municípios e em Ananindeua.

O fluxo que articula essas três cidades é predominantemente dirigido em direção a Belém e motivado pelo trabalho, na medida em que ocorre uma ampliação dos estoques residenciais nos municípios de Ananindeua e de Marituba, além disso, há tendência de diversificação de perfis socioeconômicos de suas populações, com a crescente implantação de empreendimentos voltados para alta renda, ao longo dos eixos metropolitanos de melhor capacidade de tráfego e de empreendimentos habitacionais de interesse social nas

terras periféricas mais baratas de Marituba, como será detalhado no capítulo 8.

O refinamento das análises de pendularidade para a RMAB revelou padrões significativos envolvendo perfis populacionais distintos: a população mais pobre (que atua na informalidade, tem menor instrução e tem residência no local há mais de dez anos) se desloca menos e, possivelmente, corresponde à população que se estabeleceu nas áreas informais de Belém entre as décadas de 1960 e 1980, dentro do centro metropolitano e que encontra oportunidades de geração de renda relativamente próximo do local de residência, predominantemente nas atividades de comércio e serviço.

Esse fenômeno abrange tanto os processos descritos no capítulo 4 associados à produção extrativista que abastece a RMB, quanto o fenômeno de migração e fronteira de expansão da capital, manifestos na região e destacados nos capítulos 2 e 3.

Observa-se que, na medida em que aumenta a renda da população, passa a ocorrer a pendularidade entre municípios, motivada pelo trabalho e que corresponde à tendência dominante de desconcentração de moradia e concentração de oportunidades de trabalho no núcleo metropolitano. É possível detectar influência do grande capital por meio de um pequeno grupo que pendula entre regiões ou para fora da RMAB e possui os mais altos salários, composto por homens de melhor instrução. Esse fenômeno só pode ser observado no recorte da RMAB, destacando a importância das atividades baseadas em Barcarena associadas aos projetos estratégicos implantados durante o governo militar.

De um modo geral, quem pendula é motivado pela busca de melhores oportunidades, e na RMAB a pendularidade associada a melhores salários é predominantemente masculina. A pendularidade feminina é destacada dos demais municípios para Belém e pode estar associada ao trabalho doméstico.

Desta forma, a cidade de Belém mantém centralidade para morar e para estudar e se verificou que a maior parte da população que pendula para trabalhar dentro da RMAB mora na cidade, assim como os que pendulam para estudar, manifestando a diversidade de oportunidades e atrativos que Belém concentra em relação ao seu entorno ampliado.

A exposição desses padrões de diferenciação social e econômica entre os grupos de mobilidade espacial (migração e mobilidade pen-

dular) é relevante para o suporte à proposição de políticas públicas que deveriam estar associadas ao fenômeno da transição demográfica.

Referências

ARES, S.; MIKKELSEN, C. Nuevas Dinámicas Residenciales en los Asentamientos Rurales del Litoral Sudeste Pampeano. Breves Contribuciones del I.E.G. n. 21, p. 104-134, 2009.

CASTELLS, M. A Questão Urbana. São Paulo, Paz e Terra: 1983.

CUNHA, J. M.; PESSINI, D. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. Revista Latinoamericana de Poblácion. Buenos Aires, ano 1, n. 2, jan-jun. 2008. Disponível em: <http://goo.gl/ozGWJp>. Acesso em: 10 dez. 2013.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El caráter de reversibilidad en el estudio de la. migración. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990.

IBGE. Documentação do Arquivo – Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro, IBGE, 2011a.

_____. Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010. Rio de Janeiro, 2011b.

_____. Projeção da População do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060. Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000/2030. Rio de Janeiro, 2013.

SKELDON, R. Population Mobility in Developing Countries. Nova York, Belhaven Press: 1990.

Apêndice A
População residente segundo a situação

Localidade	População (em milhares)														
	Total					Urbana					Rural				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	93 135	119 011	146 825	169 799	190 756	52 097	80 437	110 991	137 954	160 926	41 038	38 574	35 834	31 845	29 830
Norte	3 604	5 881	10 031	12 901	15 864	1 626	3 036	5 923	9 014	11 665	1 977	2 844	4 108	3 886	4 200
Pará	2 167	3 403	4 950	6 192	7 581	1 021	1 667	2 596	4 121	5 192	1 146	1 737	2 354	2 072	2 389
Abaetetuba	58	75	100	119	141	20	34	56	71	83	38	41	44	48	58
Ananindeua	23	66	88	394	472	3	7	74	393	471	20	59	14	1	1
Barcarena	17	20	46	63	100	2	7	22	28	36	15	13	24	36	64
Belém	633	933	1 245	1 281	1 393	603	824	849	1 272	1 381	31	109	396	8	12
Castanhal	38	65	102	134	173	26	53	93	121	153	12	12	9	13	20
Santa Isabel do Pará	16	24	33	43	59	5	14	24	33	43	11	10	10	10	16
Benevides - Reconstituído (1)	14	22	68	121	177	4	7	8	90	141	10	16	60	32	36
Benevides	14	22	68	36	52	4	7	8	21	29	10	16	60	15	23
Marituba	-	-	-	74	108	-	-	-	65	107	-	-	-	10	1
Santa Bárbara do Pará	-	-	-	11	17	-	-	-	4	5	-	-	-	7	12
RM Ampliada de Belém	799	1 205	1 683	2 156	2 516	662	946	1 126	2 008	2 309	136	259	556	148	207
PA, demais municípios.	1 368	2 198	3 267	4 037	5 065	359	721	1 470	2 113	2 882	1 009	1 477	1 797	1 924	2 183

Fonte: Censo Demográfico IBGE – Dados da Amostra (1970, 1980 e 1991) e Dados do Universo (2000 e 2010). Tabela SIDRA/IBGE n. 202.
(1) Corresponde à evolução populacional de Benevides, desconsiderando os desmembramentos que deram origem a Marituba e Santa Bárbara do Pará.

Apêndice B
Taxas de crescimento geométrico anual da população residente segundo a situação

Localidade	Taxas de Crescimento geométrico anual (em %)											
	Total				Urbana				Rural			
	1970/80	1980/91	1991/2000	2000/10	1970/80	1980/91	1991/2000	2000/10	1970/80	1980/91	1991/2000	2000/10
Brasil	2,48	1,93	1,63	1,17	4,44	2,97	2,45	1,55	-0,62	-0,67	-1,30	-0,65
Norte	5,02	4,97	2,84	2,09	6,44	6,26	4,78	2,61	3,70	3,40	-0,61	0,78
Pará	4,62	3,46	2,52	2,04	5,02	4,11	5,27	2,34	4,25	2,80	-1,41	1,44
Abaetetuba	2,63	2,71	1,97	1,71	5,49	4,78	2,57	1,60	0,78	0,61	1,15	1,86
Ananindeua	11,33	2,68	18,09	1,83	8,89	24,16	20,36	1,83	11,65	-12,21	-25,97	2,11
Barcarena	1,35	7,85	3,62	4,67	10,83	11,23	2,81	2,72	-1,26	5,64	4,29	6,00
Belém	3,95	2,65	0,32	0,85	3,18	0,27	4,60	0,83	13,55	12,44	-34,94	3,74
Castanhal	5,58	4,15	3,11	2,56	7,58	5,17	3,01	2,38	-0,26	-2,32	4,11	4,09
Santa Isabel do Pará	4,26	3,01	2,93	3,24	10,81	4,77	3,76	2,66	-0,89	-0,21	0,62	4,96
Benevides - Reconstituído (1)	4,87	10,73	6,57	3,85	6,61	2,09	30,18	4,65	4,22	13,01	-6,91	1,20
Benevides	4,87	10,73	-7,02	3,81	6,61	2,09	10,72	3,29	4,22	13,01	-14,53	4,51
Marituba	-	-	-	3,82	-	-	-	5,14	-	-	-	-19,27
Santa Bárbara do Pará	-	-	-	4,18	-	-	-	3,13	-	-	-	4,72
RM Ampliada de Belém	4,20	3,08	2,79	1,56	3,63	1,60	6,63	1,41	6,64	7,18	-13,69	3,39
PA, demais municípios	4,85	3,67	2,38	2,30	7,22	6,69	4,11	3,15	3,88	1,80	0,76	1,27

Fonte: Censo Demográfico IBGE – Dados da Amostra (1970, 1980 e 1991) e Dados do Universo (2000 e 2010). Tabela SIDRA/IBGE n. 202.
(1) Corresponde à evolução populacional de Benevides, desconsiderando os desmembramentos que deram origem a Marituba e Santa Bárbara do Pará.